

Vallourec Florestal Ltda.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Cotistas e Administradores da
Vallourec Florestal Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Vallourec Florestal Ltda. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vallourec Florestal Ltda. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Reapresentação de valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.9 às demonstrações financeiras, os valores correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, apresentados para fins de comparação, foram retificados e estão sendo reapresentados como previsto no pronunciamento técnico CPC 23 – “Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro”, em decorrência de reclassificação realizada pela Empresa. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Transações com partes relacionadas

Conforme divulgado na nota explicativa nº 11 às demonstrações financeiras, a Empresa mantém transações com partes relacionadas em montantes significativos. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 21 de setembro de 2022

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" MG


Manoel P. da Silva
Contador
CRC nº 1 SP 205664/O-2

VALLOUREC FLORESTAL LTDA.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 E 1º DE JANEIRO DE 2020

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota	31/12/2021	31/12/2020	01/01/2020	PASSIVOS	Nota	31/12/2021	31/12/2020	01/01/2020
	explicativa					explicativa			
			Reapresentado	Reapresentado			Reapresentado	Reapresentado	
CIRCULANTES					CIRCULANTES				
Caixa e equivalentes de caixa	4	106.946	251.585	220.614	Fornecedores e outras contas a pagar	12	7.918	5.615	7.900
Contas a receber de clientes e outros créditos	5	13.851	6.272	16.391	Provisão para imposto de renda e contribuição social		193	-	70
Estoques	6	-	-	47	Provisões	13	349	319	28.312
Impostos e contribuições a recuperar	7	9.999	16.876	-	Total dos passivos circulantes		8.460	5.934	36.282
		<u>130.796</u>	<u>274.733</u>	<u>237.052</u>					
					NÃO CIRCULANTES				
Ativos mantidos para venda	8	-	84.059	-	Fornecedores e outras contas a pagar	12	24.312	25.870	24.852
		-	84.059	-	Provisões	13	21.597	27.915	-
					Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	14.548	1.490	-
Total dos ativos circulantes		<u>130.796</u>	<u>358.792</u>	<u>237.052</u>	Total dos passivos não circulantes		60.457	55.275	24.852
							<u>68.917</u>	<u>61.209</u>	<u>61.134</u>
NÃO CIRCULANTES					TOTAL DOS PASSIVOS				
Contas a receber de clientes e outros créditos	5	61.065	-	9.000					
Impostos e contribuições a recuperar	7	63.963	52.432	69.336	PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	-	-	225	Capital social	15	292.662	292.662	292.662
Depósitos judiciais	9	16.881	15.931	15.745	Reservas de lucros		22.729	194.137	191.724
Propriedades para investimentos	10	126.020	135.344	228.718	Reserva de capital		14.237	14.237	14.237
Total dos ativos não circulantes		<u>267.929</u>	<u>203.707</u>	<u>323.024</u>	Ajustes de avaliação patrimonial		180	254	319
					Total do patrimônio líquido		329.808	501.290	498.942
TOTAL DOS ATIVOS		<u>398.725</u>	<u>562.499</u>	<u>560.076</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>398.725</u>	<u>562.499</u>	<u>560.076</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VALLOUREC FLORESTAL LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2021	2020
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	16	19.539	20.262
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS	17	<u>(9.809)</u>	<u>(9.677)</u>
LUCRO BRUTO		<u>9.730</u>	<u>10.585</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Vendas		45	1
Gerais e administrativas		(3.981)	360
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		<u>41.345</u>	<u>(9.485)</u>
	17	<u>37.409</u>	<u>(9.124)</u>
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>47.139</u>	<u>1.461</u>
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO	18	12.868	3.582
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>60.007</u>	<u>5.043</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes		2.847	(20)
Diferidos		<u>(13.059)</u>	<u>(1.715)</u>
	14	<u>(10.212)</u>	<u>(1.735)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u><u>49.795</u></u>	<u><u>3.308</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VALLOUREC FLORESTAL LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido do exercício	49.795	3.308
Outros componentes do resultado abrangente:		
Itens que não serão reclassificados para o resultado	-	-
Itens que serão reclassificados posteriormente no resultado	-	-
Total do resultado abrangente do exercício, líquido de impostos	<u>49.795</u>	<u>3.308</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VALLOUREC FLORESTAL LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	Reserva de capital		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total do Patrimônio
	Capital social	Contribuição da controladora	Reserva legal	Outras reservas			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	292.662	14.237	10.088	181.636	-	319	498.942
Lucro do exercício	-	-	-	-	3.308	-	3.308
Resultado abrangente total do exercício	-	-	-	-	3.308	-	3.308
Transferência de reserva de lucros	-	-	165	497	(662)	-	-
Distribuição de lucros propostos do exercício de 2020	-	-	-	1.686	(1.686)	-	-
Antecipação de distribuição de lucros do exercício de 2020	-	-	-	-	(960)	-	(960)
Total de contribuições e distribuições para os acionistas	-	-	165	2.183	(3.308)	-	(960)
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	65	(65)	-
Outras reservas de lucros	-	-	-	65	(65)	-	-
Outras reservas	-	-	-	65	-	(65)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	292.662	14.237	10.253	183.884	-	254	501.290
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	49.795	-	49.795
Resultado abrangente total do exercício	-	-	-	-	49.795	-	49.795
Pagamento dividendos exercício 2020	-	-	-	(1.686)	-	-	(1.686)
Transferência de reserva de lucros	-	-	2.490	47.305	(49.795)	-	-
Antecipação de distribuição de lucros do exercício de 2021	-	-	-	(219.591)	-	-	(219.591)
Total de contribuições e distribuições para os acionistas	-	-	2.490	(173.972)	(49.795)	-	(221.277)
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	74	(74)	-
Outras reservas de lucros	-	-	-	74	(74)	-	-
Outras reservas	-	-	-	74	-	(74)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	292.662	14.237	12.743	9.986	-	180	329.808

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VALLOUREC FLORESTAL LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	2021	2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Lucro líquido do exercício		49.795	3.308
Ajustes em:			
Depreciações e amortizações	10	9.338	9.901
Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado	10	(14)	(586)
Reversão de provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	5	46	143
Provisões		(6.288)	(78)
Imposto de renda e contribuição social		(2.847)	(50)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		13.059	1.715
		<u>63.089</u>	<u>14.353</u>
(Aumento) redução dos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes e outros créditos		(38.611)	4.976
Estoques		-	47
Impostos e contribuições a recuperar		(1.614)	28
Depósitos judiciais		(951)	(186)
		<u>(41.176)</u>	<u>4.865</u>
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores e outras contas a pagar		745	(1.267)
		<u>745</u>	<u>(1.267)</u>
Caixa gerado pelas operações		<u>22.658</u>	<u>17.951</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(20)
		-	(20)
		<u>-</u>	<u>(20)</u>
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		<u>22.658</u>	<u>17.931</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:			
Aquisição de propriedades para investimentos		-	-
Adições aos ativos biológicos		-	-
Recebimento na venda de ativo disponível para venda		53.980	14.000
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		<u>53.980</u>	<u>14.000</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS:			
Caixa cisão parcial		-	-
Pagamento de lucros e juros sobre o capital próprio	15	(221.277)	(960)
CAIXA APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		<u>(221.277)</u>	<u>(960)</u>
REDUÇÃO LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(144.639)</u>	<u>30.971</u>
Redução no caixa e equivalentes de caixa:			
No início do exercício		251.585	220.614
No fim do exercício		106.946	251.585
		<u>(144.639)</u>	<u>30.971</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VALLOUREC FLORESTAL LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 E 1º DE JANEIRO DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto se indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Vallourec Florestal Ltda. (“VFL” ou “Empresa”), controlada pela Vallourec Tubos do Brasil Ltda. (“VBR”), a qual pertence ao Grupo francês Vallourec, é uma sociedade limitada com sede na rua Honduras, 78, Vila de Lourdes, na cidade de Curvelo - MG e tem como atividade principal a locação de imóveis próprios e gestão e administração da propriedade imobiliária, substancialmente para atendimento às necessidades da parte relacionada Vallourec Tubos do Brasil Ltda. (“VBR”).

Com base em suas projeções, a Administração entende que não há risco de continuidade operacional para a Empresa.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Adoção das práticas contábeis novas e revisadas

Pronunciamentos novos ou revisados

As novas normas e interpretações emitidas, as quais foram avaliadas pela Administração são apresentadas a seguir:

Alterações no CPC 11, CPC 40 (R1), CPC 48, CPC 06 (R2) e CPC 38 - Impacto da adoção inicial das alterações da Reforma da Taxa de Juros de Referência – Fase 2: as taxas interbancárias oferecidas (IBORs) são taxas de referência de juros, tais como Libor, Euribor e Tibor. No Brasil a taxa de referência utilizada comumente é o CDI. Porém, recentes discussões no mercado colocaram em questão a viabilidade de longo prazo desses benchmarks. Desta forma, em agosto de 2020, o IASB emitiu Reforma da Taxa de Juros de Referência – Fase 2, aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2021. As principais implicações da Fase 2: (i) condições contratuais de empréstimos; (ii) contratos de arrendamento; e (iii) instrumentos de *hedge*. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras da Empresa, uma vez que os contratos são celebrados com taxas de juros pré-acordadas.

Alterações no CPC 06 (R2) - Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 após 30 de junho de 2021: em maio de 2020, o IASB emitiu a norma Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 (Alterações ao CPC 06 (R2) que estabelece medidas práticas para arrendatários na contabilização de concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da COVID-19. Em março de 2021, o Board emitiu a norma Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 após 30 de junho de 2021 (alterações no CPC 06) que estende o expediente prático para aplicação a esses pagamentos originalmente devidos em/ ou antes de 30 de junho de 2022. Essa alteração não teve impacto nas demonstrações da Empresa.

Normas emitidas não vigentes no momento da elaboração das demonstrações financeiras

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de emissão das demonstrações financeiras da Empresa estão listadas abaixo. A Administração não espera que a adoção destas normas tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Empresa em períodos futuros.

- CPC 50 - Contratos de Seguros.
- CPC 36 (R3) e CPC 18 (R2) (alterações) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture.
- Alterações no CPC 26 (R1) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes.
- Alterações no CPC 15 (R1) - Referência à Estrutura Conceitual.
- Alterações no CPC 27 - Imobilizado: Recursos Antes do Uso Pretendido.
- Alterações no CPC 25 - Contratos Onerosos Custo de Cumprimento do Contrato.
- Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020 Alterações ao CPC 27 (R1), CPC 43 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, CPC 48 - Instrumentos Financeiros, CPC 06 (R2) - Arrendamentos, e CPC 29 - Agricultura.
- Alterações no CPC 26 (R1) - Divulgação de políticas contábeis.
- Alterações no CPC 23 - Definição de estimativas contábeis.
- Alterações no CPC 32 - Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única (“single transaction”).

2.3. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Empresa leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base, exceto por mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido a realizar mencionado no CPC 16 (R3) – Estoques ou valor em uso no CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Continuidade operacional

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das operações da Empresa.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas abaixo estão aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

As principais políticas contábeis da Empresa são as seguintes:

3.1. Estimativas

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Administração da Empresa efetue estimativas e adote premissas com base no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a determinação da vida útil e valor residual das propriedades para investimentos, provisão para recuperabilidade de ativos, provisão para ativos mantidos para venda, provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, provisão para desvalorização de estoques, avaliação do valor justo dos ativos biológicos e mensuração de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Empresa revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

3.2. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Empresa espera receber em um contrato com o cliente e exclui valores cobrados em nome de terceiros. A Empresa reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou presta o serviço ao cliente.

Vendas de produtos

A receita de vendas é reconhecida conforme, requisitos do CPC 47, sendo avaliadas as seguintes etapas:

- Identificação dos contratos com o cliente.
- Identificação das obrigações de desempenho.
- Determinação do preço da transação.

- Alocação do preço da transação às obrigações de desempenho.
- Reconhecimento da receita quando (ou à medida que) a entidade satisfazer uma obrigação de desempenho.

3.3. Ativos mantidos para venda

Os ativos são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for praticamente certa. Estes são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo, menos os custos de venda e, se o valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de uma operação de venda e não pelo uso contínuo.

3.4. Instrumentos financeiros

3.4.1. Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados como mensurados: ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da natureza e da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

3.4.2. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A baixa de passivo financeiro ocorre somente quando as obrigações da Empresa são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.5. Ativos e passivos circulantes

- Contas a receber e a pagar indexadas: as contas a receber e a pagar, indexadas em moeda estrangeira, estão atualizadas à taxa de câmbio vigente na data de encerramento do balanço. As demais contas sujeitas à indexação encontram-se atualizadas de acordo com os índices estabelecidos contratualmente. Os ganhos e as perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado. A Empresa mensura provisão para perdas de contas a receber de clientes em um valor equivalente à provisão de perda esperada durante a vida útil. As perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes são estimadas usando uma matriz de provisão com base na experiência de inadimplência passada do devedor e em uma análise da composição financeira atual do devedor, ajustadas com base em fatores específicos aos devedores, condições econômicas gerais do setor no qual os devedores operam e uma avaliação do curso atual e projetado das condições na data do relatório.
- Estoques: estão avaliados ao custo médio histórico de aquisição ou de produção e, quando aplicável, deduzidos de provisão para ajustá-los ao valor líquido de realização que corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido dos custos estimados para conclusão e custos necessários para a comercialização, venda e distribuição dos estoques.
- Demais ativos e passivos circulantes: são apresentados pelo valor líquido de realização e liquidação.

3.6. Ativos e passivos não circulantes

Propriedades para investimentos

As propriedades para investimento são propriedades mantidas para obter renda com aluguéis e/ou valorização do capital (incluindo imobilizações em andamento para tal propósito). As propriedades para investimento são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo os custos da transação.

Uma propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando é permanentemente retirada de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do imóvel (calculado como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do período em que o imóvel é baixado.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Imóveis e benfeitorias	12 - 30
Máquinas e instalações	10 - 25
Equipamentos industriais e comerciais	3 - 10

3.7. Provisões

As provisões são reconhecidas no balanço quando a Empresa possui uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Baseado em avaliação da Administração frente às incertezas quanto o prazo de realização das provisões cíveis e comerciais, trabalhistas e outras, o montante de R\$21.597 em 31 de dezembro de 2021 encontra-se classificado no passivo não circulante (R\$27.915 em 2020).

3.8. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base na legislação vigente, considerando as adições e exclusões legais previstas. Sobre as adições temporárias que se tornarão dedutíveis quando realizadas e o prejuízo fiscal e a base negativa da contribuição social, são constituídos créditos tributários diferidos. Também são constituídos débitos tributários diferidos sobre as exclusões temporárias, as quais serão tributadas quando cessarem as condições que atualmente afastam a tributação.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em “Outros resultados abrangentes”, ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em “Outros resultados abrangentes” ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

3.9. Reapresentação dos saldos contábeis

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 estão sendo reapresentadas em função da classificação entre ativo imobilizado e propriedades para investimentos, refletindo a correta classificação contábil, em acordo com o disposto nas normas contábeis aplicáveis.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2021	2020
Depósitos à vista	522	307
Aplicações financeiras	106.424	251.278
	106.946	251.585

O caixa e equivalentes de caixa serão utilizados, substancialmente, nas atividades operacionais e na execução dos projetos remanescentes de construção e instalações da Empresa.

As aplicações financeiras têm liquidez imediata e estão classificadas, substancialmente, na categoria Referenciado DI dos fundos de investimentos. A valorização das cotas oscila diariamente de acordo com o critério de marcação a mercado. As carteiras dos fundos são compostas, em sua maioria, por aplicações financeiras denominadas Operações Compromissadas com lastro em títulos públicos federais, por compra de títulos públicos pelos fundos de investimentos, CDB's emitidos por instituições financeiras com liquidez diária através de compromissos de recompra a qualquer momento antes do vencimento pelo emissor, sendo estes papéis pós-fixados e atrelados à variação do CDI.

As rentabilidades ponderadas foram de 95,9% do CDI em 2021 (95,0% em 2020). A taxa média de administração destes fundos foi aproximadamente 0,08% a.a. em 2021 (0,08% a.a. em 2020).

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Clientes nacionais	55	163
Partes relacionadas (nota explicativa 11)	2.008	2.261
Provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(214)	(260)
Contas a receber de clientes, líquida	1.849	2.164
Despesas antecipadas	62	13
Outras contas a receber	73.005	4.095
Outras contas a receber (*)	73.067	4.108
	74.916	6.272
Circulante	13.851	6.272
Não circulante	61.065	-

(*) Dos quais R\$72.619 oriundos da venda das fazendas Serra do Cabral e Nova Esperança II, realizada em 2021 (R\$11.554 circulante e R\$61.065 não circulante, com vencimento até 2025).

Contas a receber de clientes e outras contas a receber decorrem diretamente das operações da Empresa, sendo mensuradas pelo custo amortizado e estão registradas pelo seu valor original, deduzidas de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável ou relevante.

A movimentação da provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa ocorreu conforme a seguir:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo no início do exercício	(260)	(116)
Constituição de provisão	(281)	(624)
Reversão de provisão	327	480
Saldo no fim do exercício	(214)	(260)

6. ESTOQUES

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Produtos acabados	-	27
Obsolescência e ajuste ao valor de realização	-	(27)
	<u>-</u>	<u>-</u>

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
ICMS a recuperar	8.272	8.290
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	16.776	13.584
Impostos a recuperar s/ aquisição de ativo imobilizado	61	110
INSS a compensar	292	292
INSS a recuperar s/ folha de pagamento*	48.561	47.032
	<u>73.962</u>	<u>69.308</u>
Circulante	9.999	16.876
Não circulante	63.963	52.432

* Em 2018 a Empresa optou por alterar a forma de cálculo da Contribuição Previdenciária (INSS), ao utilizar a receita bruta de vendas como base de cálculo, ao invés das rubricas que compõem o valor da folha de pagamento. Tal alteração resultou em apuração de créditos que foram incluídos no Pedido Eletrônico de Ressarcimento ou Restituição e Declaração de Compensação (PER/DCOMP) e em débitos que foram incluídos no Programa de Regularização Tributária Rural. Em 31 de dezembro de 2021 a VFL aguarda os trâmites legais de análise dos PER/DCOMP pela Receita Federal do Brasil para recuperabilidade dos créditos.

8. ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA

Em 24 de outubro de 2008, a Vallourec Florestal Ltda. adquiriu da Serra do Cabral Agroindústria Ltda. "SCAI", a área rural correspondente a 47 mil hectares, do loteamento rural denominado "Glebas do Planalto", na região de Serra do Cabral, no município de Várzea da Palma, em Minas Gerais. Para viabilizar a transação, a vendedora vinculou a venda de 1.069 mil m3 de floresta de "Pinus" plantada na área negociada. Em 01 de novembro de 2019 todo o ativo mantido para venda foi cindido para a VBR.

Em 2020 a Empresa firmou promessa de compra e venda de imóvel rural para a Fazenda Serra do Cabral, localizada nos municípios de Várzea da Palma com área de 47 mil hectares e Fazenda Nova Esperança II, localizada nos municípios de Coração de Jesus e Montes Claros com área estimada em 13 mil hectares. O reconhecimento da receita ocorreu em fevereiro de 2021 após a assinatura dos contratos.

As posições contábeis no encerramento dos exercícios estão demonstradas a seguir:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Custo	-	84.059
	<u>-</u>	<u>84.059</u>

	2021	2020
Receita pela venda	126.600	-
Custo	(84.059)	-
Resultado bruto	42.541	-
Ajuste ao valor de realização	-	-
	42.541	-

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2021	2020
ITR	12.444	12.224
Depósitos recursais	3.176	3.196
Outros	1.261	511
	16.881	15.931

O depósito judicial referente ao ITR está relacionado à ação judicial na qual se discute a legalidade da cobrança do imposto em área de reserva florestal. A Empresa mantém provisão para a totalidade do valor (vide nota explicativa nº 13 – Provisões).

10. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

	2021			2020	
	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Provisão para Impairment	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido
Terrenos	33.283	-	-	33.283	33.283
Imóveis	9.037	(2.459)	-	6.578	6.871
Benfeitorias	55.223	(23.524)	(55)	31.644	34.230
Máquinas e instalações	133.239	(78.715)	(9)	54.515	60.960
Obras e importações em andamento	-	-	-	-	-
	230.782	(104.698)	(64)	126.020	135.344

Movimentação do custo	2020	2021		2021
		Adições	Baixas	
Terrenos	33.283	-	-	33.283
Imóveis	9.037	-	-	9.037
Benfeitorias	55.223	-	-	55.223
Máquinas e instalações	133.239	-	-	133.239
Obras e importações em andamento	-	-	-	-
	230.782	-	-	230.782
Movimentação da depreciação	2020	Adições	Baixas	2021
Imóveis	(2.166)	(293)	-	(2.459)
Benfeitorias	(20.928)	(2.596)	-	(23.524)
Máquinas e instalações	(72.266)	(6.449)	-	(78.715)
	(95.360)	(9.338)	-	(104.698)
Impairment	(78)	-	14	(64)
	(95.438)	(9.338)	14	(104.762)
	135.344	(9.338)	14	126.020

Em 31 de dezembro de 2021, a Empresa avaliou as vidas úteis remanescentes de seus ativos e concluiu que as taxas de depreciação utilizadas são condizentes com as suas operações e refletem adequadamente a vida útil econômica desses ativos.

11. PARTES RELACIONADAS

As operações com a controladora e com empresas do Grupo foram realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

	2021			
	Ativo	Passivo	Operações	
	Clientes	Fornecedores	Vendas	Compras
Vallourec Tubos do Brasil Ltda.	1.864	1.486	19.539	-
Vallourec Soluções Tubulares do Brasil S.A.	144	63	-	-
	2.008	1.549	19.539	-
	2020			
Ativo	Passivo	Operações		
Clientes	Fornecedores	Vendas	Compras	
Vallourec Tubos do Brasil Ltda.	2.115	94	20.201	-
Vallourec Soluções Tubulares do Brasil S.A.	146	16	-	3
	2.261	110	20.201	3

12. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2021	2020
Fornecedores nacionais	1.675	1.675
Partes relacionadas (Nota explicativa 11)	1.549	110
Impostos e contribuições a recolher (*)	26.994	28.430
Salários e encargos sociais	12	7
Adiantamentos recebidos de clientes	1	1.212
Outras obrigações	1.999	51
	32.230	31.485
Circulante	7.918	5.615
Não circulante	24.312	25.870

(*) A Empresa aderiu em 2018 ao Programa de Regularização Tributária Rural ("PRR") em 176 parcelas mensais com redução de 100% sobre os juros e multas referente ao recolhimento da contribuição ao Fundo de Apoio ao Trabalhador Rural ("FUNRURAL") inerente a venda de carvão vegetal dos últimos 5 anos. O saldo a pagar do PRR em 2021, já corrigido pela SELIC, é de R\$26.723.

13. PROVISÕES

A Empresa mantém provisões para riscos fiscais, cíveis, comerciais, trabalhistas e previdenciárias. As provisões para riscos são constituídas levando-se em consideração a expectativa de perdas da Administração e de seus assessores jurídicos com respeito às ações em andamento, bem como nas autuações fiscais e previdenciárias sob defesa.

	2021	2020
Contencioso fiscal e ambiental	13.911	13.684
Riscos cíveis e comerciais	4.747	11.335
Riscos trabalhistas e previdenciários	2.871	2.826
Outros	417	389
	21.946	28.234
Circulante	349	319
Não circulante	21.597	27.915

As movimentações das provisões no exercício de 2021 foram da seguinte forma:

	2021	2020
Saldo Inicial	28.234	28.312
Formação	2.167	2.554
Reversão	(8.251)	(2.632)
Utilizações por pagamento	(204)	-
	21.946	28.234

Dentre as contingências tributárias registradas, a principal refere-se ao ITR – Imposto Territorial Rural sobre valor da terra nua, totalizando R\$12.444 (R\$12.224 em 2020), para as quais há depósito judicial no montante de R\$12.444 (R\$12.224 em 2020).

Em 31 de dezembro de 2021, a Empresa é parte em processos judiciais fiscais, trabalhistas, cíveis e comerciais nos montantes de R\$5.428 (R\$7.353 em 2020), classificados com chance de perda possível de acordo com seus assessores legais externos e que, desta forma, não constitui provisão.

Quanto às provisões trabalhistas, resumem-se basicamente às verbas rescisórias e indenizatórias.

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

Foram reconhecidos também, os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros.

Apresentamos a seguir a reconciliação entre a alíquota nominal e efetiva para o imposto de renda e a contribuição social.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	60.008	5.043
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	<u>(20.403)</u>	<u>(1.715)</u>
Ajuste para apuração do imposto de renda e da contribuição social		
Outras (adições) exclusões, líquidas	2	(20)
Incentivos fiscais	153	-
IR/CS anos anteriores	<u>10.036</u>	<u>-</u>
Total	<u>(10.212)</u>	<u>(1.735)</u>

A composição do imposto de renda e contribuição social diferidos está demonstrada abaixo:

ATIVO	2021	2020
Contencioso fiscal e ambiental	2.515	2.515
Impairment de ativo imobilizado	22	27
Riscos cíveis e comerciais	1.614	3.854
Riscos trabalhistas e previdenciários	976	961
Provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	50	98
Outras	240	230
Provisões temporárias	5.418	7.685
Prejuízo fiscal não realizado	12	3.141
Imposto de renda e contribuição social	5.429	10.826
PASSIVO		
Efeitos das Leis 11.638/07 e 11.941/09 - RTT	11.760	12.316
Venda de Fazendas LP	8.217	-
	19.977	12.316
	(14.548)	(1.490)

Os tributos diferidos sobre o prejuízo fiscal e a base negativa da contribuição social totalizaram, ao final de 2021, R\$12 (R\$3.141 em 2020).

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social está dividido em 292.661.840 quotas no valor nominal de R\$1,00 cada, sendo 292.661.837 quotas pertencentes à Vallourec Tubos do Brasil Ltda. e 3 quotas pertencentes à Vallourec Tubes.

Conforme estabelecido no estatuto da Empresa, a distribuição de dividendos é definida em reunião de sócios para deliberar sobre a destinação do lucro líquido. Em 2021, a Administração da Empresa aprovou a distribuição a título de antecipação de lucro a seus sócios no valor de R\$219.591. Em 2021 foram distribuídos dividendos no valor de R\$1.686 referentes ao exercício de 2020.

16. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	2021	2020
Venda de produtos	-	68
Receita de aluguel	21.531	22.260
Impostos incidentes sobre vendas	(1.992)	(2.066)
	19.539	20.262

16.1. Receita desagregada

	2021	2020
Carvão Próprio	-	61
Receita de aluguel (nota explicativa 11)	19.539	20.201
	19.539	20.262

17. DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA

	2021	2020
Resultado de ativos mantidos para venda (*)	42.541	-
Depreciação e amortização	(9.333)	(13.657)
Manutenção em fazendas inativas	(6.082)	(6.327)
Materiais de consumo utilizados	(45)	-
Outras receitas (despesas)	519	1.183
	27.600	(18.801)
Custo dos produtos e serviços vendidos	(9.809)	(9.677)
Receitas (despesas) operacionais	37.409	(9.124)
	27.600	(18.801)

(*) Resultado líquido da venda das fazendas Serra do Cabral e Nova Esperança II, R\$34.614 e R\$7.927, respectivamente.

18. RESULTADO FINANCEIRO

	2021	2020
Rendimento de aplicações financeiras	12.132	6.301
Ganho na recuperação de impostos de anos anteriores	1.684	1.496
Ganho na liquidação antecipada de empréstimo	55	124
Taxa Selic sobre atualização parcelamento Funrural	(884)	(3.612)
Outras	(119)	(727)
	12.868	3.582

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Empresa participa de operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a atender as necessidades próprias. Em 31 de dezembro de 2021, a Empresa não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente e não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

Risco de capital

A Empresa administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

Risco de liquidez

É de responsabilidade da Administração da Empresa gerenciar o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros.

20. ATIVOS SEGURADOS

Em 31 de dezembro de 2021, a Empresa não possuía cobertura de seguro contra incêndio e riscos diversos, pois todos os direitos e deveres foram cindidos para a VBR em 01 de novembro de 2019.

21. REMUNERAÇÃO DE DIRIGENTES

Não houve remuneração à Administração durante os anos de 2021 e 2020 na Empresa.

22. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração da Empresa em 21 de setembro de 2022.

ANDRÉ DEZANET
Gerente Geral

HENRIQUE DE CASTRO TEIXEIRA
Contador CRCMG nº 093069/O